

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



ARTICULAÇÕES DAS POPULAÇÕES DO CAMPO NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE E OS DESAFIOS DE FORTALECIMENTO DO PROJETO DE SOBERANIA ALIMENTAR.

Bruna Dayane Xavier de Araújo¹

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre os processos de disputas de território na região do cariri cearense, localizado ao sul do estado do Ceará. Visando compreender como se realiza as articulações e resistências dos os agricultores e suas expressões de territorialidades frente às pressões e re-estruturação de setores do agronegócio aliando ao Estado. No sentido, as disputas territoriais vem ocasionando conflitos por terra-território. O Cariri configura-se como uma região possui organizações significativas de fortalecimento das classes populares camponesas, construindo tramas de articulações para defenderem um projeto contra hegemônico e o seu modo de vida. Uma alternativa apontada pelos camponeses é o fortalecimento da soberania alimentar que possui como pedra angular a agroecologia.

Palavras - chave: Disputa de território; Resistência camponesa; Soberania Alimentar.

1. Introdução

O presente artigo surge como um esforço de reflexão sobre o tema Soberania Alimentar. Assim, busco ilustrar as complexidades desse tema e como ele vem se tornando um elemento chave na reafirmação da luta por terra – território. O texto se debruça também em correlacionar o conceito com uma realidade concreta. Tendo como recorte espacial a região do Cariri, localizada ao sul do estado do Ceará, evidenciando as práticas camponesas. O Cariri vem sendo alvo do avanço do agronegócio e também das grandes obras vinculadas ao Estado e setor privado, ocasionando, assim, conflitos agrários. Ao mesmo tempo, configura-se como uma região que possui organizações significativas de fortalecimento as classes populares. Em paralelo, ao mercado e modelo agrícola hegemônico, vem se desvelando alternativa na produção de alimentos com qualidade, segurança e mais acessibilidade à população.

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT - UFC). Esse artigo refere-se a pesquisa de doutorado que se encontra em andamento. E-mail: bruna.arauj@gmail.com

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



2. Soberania Alimentar e Agroecologia: elos que unem a luta no campo e na cidade.

A questão da alimentação é um tema de supra importância, visto que é uma das necessidades mais fundamentais do ser humano e se apresenta como um direito inalienável, fazendo parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, segundo a FAO, atualmente, existe aproximadamente um bilhão de pessoas que passa fome no mundo. Em contra partida, a partir da metade do século XX, o processo de industrialização da produção dos alimentos aumentou a produtividade dos alimentos, mas não diminuiu as desigualdades do acesso.

Mas o que é fome, afinal? É a situação em que indivíduos em seu cotidiano não tem acesso à comida, sofrendo a violência de não ter o que se alimentar. Josué de Castro chama atenção também para fome parcial ou fome oculta, na qual pela falta permanente de nutrientes, em seus regimes alimentares, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, 2006) O autor ainda diferencia dois tipos de fome: a endêmica e epidêmica. Esta última restrita a períodos de escassez de chuvas. A endêmica está vinculada a estrutura agrária de latifúndio e em seu caráter de monocultura de exportação. O autor cita o exemplo da zona da mata de solos férteis e de chuvas bem abundantes, mas que a fome estava bem presente também. Ou seja, a fome é um processo de relações sociais historicamente construídas em um determinado espaço.

Na lógica em que vivemos os alimentos se tornam mercadorias. Perde sua essencialidade e passa a ser encarados como fonte de extração de mais valia e geração de lucros. No Brasil, a produção de *commodities* aumentou consideravelmente desde os anos 2000, construída a partir de uma lógica da exportação, produção em larga escala e monocultura. Há fomentos para desenvolver o agronegócio e não para a produção de alimentos para a demanda interna, historicamente produzida pela agricultura familiar. Além disso, os produtos vindos da lógica do agronegócio causa profundos impactos nos biomas inseridos, produção de alimentos intoxicados com agrotóxicos, degradação e precarização do trabalho e conflitos de terra, geralmente, levando à expulsão de moradores de suas terras.

Porto Gonçalves (2006) explica que é necessário que o mundo tome conhecimento o custo que está por trás da produção de certos alimentos em determinados lugares, como

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



chegam ao mercado global certos produtos alimentícios, originado do trabalho de agricultores e agricultoras que estão em condições precarizados, vulneráveis aos direitos trabalhistas, os direitos das mulheres, com jornadas intermináveis e baixos salários.

No centro desse debate, surge das populações do campo alternativas a partir do viés agroecológico. A agroecologia não é só uma técnica de produção de alimentos orgânicos, insere-se relações sociais igualitárias, respeito as temporalidades do meio ambiente e comercialização de forma mais justa. Assim, levando a autonomia das populações do campo. A agroecologia coaduna com a ideia de soberania alimentar. É interessante refletir que o alimento traz um fragmento do seu território e das relações sociais imbricadas nele.

A soberania alimentar é o direito de cada povo de definir suas próprias políticas agropecuárias e, em matéria de alimentação, de proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e o mercado interno, a fim de alcançar metas de desenvolvimento humano sustentável. (Machin Sosa, 2012, p. 30). Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. (Via Campesina, 2004.) Ou seja, a soberania alimentar politiza as relações de produção, distribuição e consumo. A soberania alimentar deve ser bandeira de luta também na cidade. Pois, atualmente, se vive condições insustentáveis de preço exorbitante da comida, muitas vezes com profundo desconhecimento da forma de como é produzido o alimento. As cidades precisam ter ambientes alimentares e feiras agroecológicas acessíveis a população urbana. O direito à alimentação tem como entrar como pauta no direito à cidade.

A nível global, os movimentos sociais do campo vem se organizando no intuito de fortalecer o projeto de soberania alimentar. Assim, surge a Via Campesina, em 1992, que é uma “constelação global de organização e movimentos sociais de família camponesa”. (Rosset, 2016). Surge em um contexto de luta por reforma agrária e contra o avanço do neoliberalismo. Ao longo do tempo, a Via campesina foi evoluindo seu pensamento. Compreendendo que não é a luta não era só pela terra, mas também ter acesso a crédito, à água, a educação e sementes. Os embates no campo foram se transformando. Por exemplo, os latifúndios historicamente improdutivos, começam a produzir a todo vapor commodities.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A bandeira das reivindicações camponesas se ampliaram nesse sentido. “A terra deveria ser distribuída para produzir alimentos para população, invés de bens para exportação para economia global”. (Rosset, 2016). A luta pela terra é também pelo direito ao modo de vida, o fortalecimento dos saberes ancestrais e a identidade camponesa. O posicionamento do movimento dos camponeses se ampliou também contra às transnacionais e o capital financeiro. Ao mesmo tempo, em evidenciar que o modelo que realmente pode alimentar o campo a cidade é o agroecológico camponês, de forma saudável e levando em consideração os valores ambientais.

Um bom exemplo de êxito em práticas agroecológica é Cuba. As práticas agroecológicas começaram a ser desenvolvidas mais fortemente na década de 90, quando o país estava sofrendo uma grande crise alimentar. A ilha também sempre produziu em largas escalas monocultura, especialmente cana-de-açúcar.

A agroecologia desenvolvida em Cuba está vinculada ao método camponês a camponês, baseia-se na transmissão horizontal e na construção coletiva de conhecimentos e práticas na agricultura. Une saber popular com o conhecimento científico. E coloca os camponeses como eixo central desse trabalho. Baseia-se em intercambio e socialização de experiência. Uma frase central do método é: quando o camponês vê, ele acredita. Ou seja, quando ele percebe que um agricultor igual a ele consegue desenvolver determinadas técnicas, ele também conseguirá. Sobretudo, por que não irá ficar dependendo de técnicos. Este tipo de agricultura vem se mostrando bastante eficiente nos quesitos de produção e diversidade dos alimentos. Ela não depende de insumos importados, resiste melhor a seca e aos furacões que são presentes. (Machin Sosa, 2012).

É interessante ver a transformação da matriz agrícola que vem passando em Cuba, se desvinculando de uma agricultura convencional para uma agricultura com viés agroecológico produzindo diversidades de alimentos e fortalecendo territórios camponeses autônomos. Sorzano (2015) explana que a reordenação da produção agrícola em Cuba que depois de vários contextos de crises alimentares, repensou toda lógica da agricultura voltando-se para o mercado interno. Redesenhando a estrutura agrária. Tendo a concepção de que a produção dos alimentos é a ação de alta seguridade nacional e de os alimentos devem ser produzidos em uma proporção local/ regional, para diminuir a necessidade de transportes e a dependência de

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



alimentos importados seja cada vez menor. Criando autonomia da variação dos preços do petróleo no mercado internacional, com a importação de alimentos.

3. A forma de produção agrícola no Brasil...

No espaço agrário brasileiro, Caio Prado Junior (2004) explica que se fomos “a essência” de nossa formação, perceberemos que nos organizamos hegemonicamente para fornecer açúcar, tabaco, metais, depois, algodão e, em seguida, café, voltados para exportação. A economia brasileira foi formada para atender a demanda do mercado externo. Com tais elementos, articulados em uma organização puramente na produção de elementos primários. O autor ao debater a questão agrária traz o debate de classes sociais e a produção e distribuição agrícola. Desvelando, também, que a questão agrária tem como eixo as correlações de forças que se estabelece entre capital e trabalho. No Brasil, a estrutura agrária é historicamente pautada no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura e para exportação.

O autor afirma que a agropecuária brasileira na sua maior e principal parte é de natureza, em essência e fundamentalmente, capitalista. Pois, a colônia portuguesa se pautou para atender e se inserir nas dinâmicas do capitalismo internacional. A realidade, não só o Brasil, mas as colônias latinas americanas tinham papel dentro da acumulação primitiva e vai dar origem ao capitalismo industrial.

Retornando para os tempos mais recentes, na década de 90 e nos anos 2000 estabeleceu-se políticas econômicas pautadas em um neodesenvolvimento, pautado na dominância financeira. Os investimentos estavam se direcionando para o rentismo, mercado financeiro, para as commodities, eram bem mais lucrativos. Ao mesmo tempo, o governo também injetava investimentos do consumo interno através do crédito. Todos elementos levaram ao crescimento da dívida interna do país. E intensificando os processos de espoliação e neocolonização. “O estado ajusta e ajusta-se aos ditames da acumulação rentista, em seus nexos e mediações com a acumulação produtiva e com a acumulação por espoliação.” (CARVALHO, 2014).

4.A região do cariri e suas expressões de luta no campo

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A região do Cariri está localizada em aspecto geológico - geomorfológico na Chapada do Araripe, com níveis altimétricos de 850 -900 m, possui bom potencial de águas subterrâneas, solos espessos, profundos e boa fertilidade. Nesta região possui também a floresta nacional do Araripe – FLONA Araripe, a pluviosidade local é bastante acentuada, entorno de 900 mm por ano, esta região possui vegetação e águas perenes, possuindo uma gama de biodiversidade, contrastando com o sertão semiárido que o cerca. Contudo, a região vem passando por sérios problemas hídricos, as fontes de águas, que atualmente são aproximadamente 330, vêm diminuindo consideravelmente, devido ao desmatamento e queimadas, trazendo como consequência o lixiviamento do solo.

Menezes (2007) coloca que a região do Cariri é uma área úmida de brejo, teve seu processo histórico, no período do século XVIII, tendo como base a agroindústria canavieira e a agricultura para o autoconsumo e pequena comercialização para o mercado local. “O nordeste açucareiro teve seu bioma modificado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego as consequências, pela paixão incessante pelo lucro”. (Castro, 1996, p. 95). Foram degradando os solos e os recursos alimentares da região.

Referente sobre a questão fundiária no Cariri, Silva (2010) expõe que essa questão se apresenta de forma bem paradoxal, pois encontramos uma presença numérica significativa de minifúndios, e também uma grande concentração fundiária, decorrente do acúmulo de grandes extensões de terras entre um número reduzidos de grandes propriedades. Muitos minifúndios ocupam poucas porcentagem de terras, e poucas grandes propriedades ficam com a porcentagem maior de terras.

Os canaviais que marcaram o cenário desta região eram controlados por poucas famílias concentradoras de terra, desenvolvendo-se relações marcadas por violência, conflitos e explorações. Ao mesmo tempo, esse contexto foi impulsor para processos de organização das classes subalternas por esses sistemas de monoculturas, vinculados à associações, uma parte da Igreja Católica – Pastorais da terra e sindicatos. Atualmente, esta região vem se tornando o alvo da expansão do agronegócio que mira como um “território fértil” para o desenvolvimento do desse modelo agrícola. Uma das produções que vem crescendo é de fruticultura irrigada, com o destaque para a produção de bananas, dentro dos moldes de

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



grande produção, utilização intensa de agrotóxicos, precárias condições de trabalho e com o uso excessivo de água.

Nos anos 2000 estabeleceu-se políticas econômicas pautadas para um *neodesenvolvimento*, neste contexto, o Cariri foi alvo dos projetos de grandes obras. Entre os anos 2007 – 2010 foi marcado pela implantação do *Programa de Aceleração do Crescimento* e um exacerbado processo de investimento direto em instituições privadas como recursos financeiros públicos advindos de fundos de pensão de empresas estatais.

O PAC vai vir no Cariri a partir do Cinturão das Águas se insere nesse contexto de projetos de integração e “desenvolvimento” para região do nordeste. É mais um projeto que tem no seu viés a integração da região, o crescimento, porém que também possui limitações e favorece mais a setores específicos e o lucro do que para o bem – estar social.

Nesse contexto, existem as territorialidades das comunidades camponesas. O assentamento 10 de abril é fruto de uma ocupação de uma terra que se encontrava improdutiva, no ano de 1992, localizado bem próximo onde aconteceu o fato histórico Caldeirão. Depois de muitas lutas, os agricultores conseguiram a posse e regularização das terras. No assentamento são desenvolvidos cursos de formação política, produção no sistema PAIS (Produção Agroecológica Sustentável), no qual dá foco e protagonismo as mulheres e aos jovens. A distribuição dos alimentos produzidos pelos agricultores vão para as escolas rurais e comercializados nas feiras agroecológicas no município do Crato.

Na comunidade Baixio das Palmeiras, os processos de produção e distribuição são bem semelhantes do assentamento. Ambas as comunidades serão atingidas pelo projeto do CAC² que passará diretamente em suas terras. No Baixio, os moradores construíram o Fórum Popular das Águas do Cariri, uma frente que articula agricultores, acadêmicos, grupos de artes, políticos e movimento estudantil, no intuito de sistematizar as lutas e problemáticas enfrentadas pelas comunidades. Essas ações são estratégias de darem continuidade aos projetos das comunidades, construindo articulações para continuarem existindo, resistindo e

² O projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC) é parte do programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trata-se de um sistema de canais que devem integrar à transposição do rio São Francisco. Conforme informação do Governo do Estado do Ceará, neste trecho haverá transferências para diversos municípios tendo como destino final o sistema portuário do Pecém.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



darem visibilidades para seus projetos para o território onde vivem. Na comunidade, também existe projetos de casa de sementes, cisternas e quintais produtivos.

Os projetos e as feiras desenvolvidas pelos próprios agricultores e também em parceria com instituições que prestam serviços aos camponeses, como Associação Cristã de Base (ACB)³

Nota-se um processo de territorialidade, visando à permanência e manutenção de seus territórios através da atuação desses atores sociais pela afirmação de seu modo de vida, por meio de suas organizações, no âmbito político e social, defendendo seu projeto ideológico. “A territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, enquanto a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas” (FERNANDES, 2005, p. 29). Assim, a territorialização é o processo de expansão e/ ou construção de territórios e a territorialidade seria manutenção/ consolidação desses territórios, a partir das atividades sociais que buscam esse fortalecimento, seja de forma consciente ou não. Através das práticas diárias, do modo de vida e da organização dos sujeitos sociais envolvidos.

Os agricultores que vivem nas áreas citadas possuem apoio da instituição. Esta instituição vem desenvolvendo projetos sociais que tem como foco o fortalecimento da produção de alimentos regionais em quintais produtivos, sem uso de agrotóxicos ou de sementes transgênicas, e sim fortalecendo o uso de sementes *crioulas*, e articulando a distribuição desses produtos através de implementação de feiras agroecológicas.

Inseridos nesse contexto de disputas de territórios, os agricultores vem produzindo alimentos orgânicos que abastecem não só as comunidades, mas também é repassado uma parte para demais localidades. Torna-se uma referência para região e fortalecendo o projeto sociopolítico, proposto pelos movimentos sociais em um debate até mesmo em uma abrangência internacional, a soberania alimentar.

³A Associação Cristã de Base (ACB) é uma organização não governamental que atua na região do Cariri. Auxilia trabalhadores rurais apresentando técnicas e criando tecnologias que ajudam os agricultores a terem melhor produção e convívio com território-natureza. A ACB surge na década de 80 no intuito de realizar uma formação de base aos agricultores, através do debate sobre sindicalismo, convivência sustentável com a natureza e empoderamento das populações do campo A Associação Cristã de Base (ACB) faz parceria também com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



5. Considerações Finais

A agricultura camponesa vem construindo exemplos de produção mais diversificada, orgânica e fortalecendo os saberes tradicionais. Contudo, essa a agricultura se encontra a margem das prioridades e dos focos das discussões políticas.

O território carirense por estar inserido em uma realidade dialética apresenta diversas contradições e desvela as lutas entre as classes sociais existentes. As experiências que vem sendo realizadas pelas práticas camponesas vem se mostrando alternativa para produção de alimentos com qualidade, segurança e mais acessibilidade à população comungando com a ideia de soberania alimentar.

Por fim, compreende-se que a soberania alimentar é o eixo principal para enfrentar as crises alimentares em diversas escalas. Desse modo, como o coloca a Via camponesa, se torna cada vez mais necessário globalizar a luta, a esperança e o conhecimento camponês.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Alba. M. P, GUERRA, Eliana C. **Brasil contemporâneo: a equação Estado/Sociedade em distintos momentos históricos da vida brasileira (1980-2015)**. Fortaleza, 2016.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983. 361p. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34,
- Machin Sosa, Braulio et al. **A revolução agroecológica: o método camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MENEZES, Edith Oliveira. O Cariri Cearense. In: SILVA, J. Borzacchiello da. Et AL. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007.
- PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ROSSET, P. La reforma agraria, la tierra y el territorio: el evolución del pensamiento de La Vía Campesina. In: Mundo Agrário, vol 17. Nº 35, 2016.
- SILVA, Judson Jorge da. **Caldeirão e Assentamento 10 de abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza, 2010.
- SORZANO, A. H. La soberania alimentaria enel contexto de lasnuevas políticas de desarrollo rural em Cuba. In: Júnior, M. A. M.; GARCIA, Maeria Franco (Orgs) **A questão agrária no**

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



século XXI: Escalas, Dinâmicas, E Conflitos Territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.